

## INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 2797 / 2019	04/02/2019	2019/300.10.005/75	Contratação Pública

**ASSUNTO:** Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

**Contratação:** Aquisição de serviços para transcrição de atas da Assembleia Municipal

**Código CPV:** 79550000-4 Serviços de dactilografia, processamento de texto e edição assistida por computador, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

**Tipo de Procedimento** – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

### **I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar**

Na sequência do procedimento 2018/300.10.005/1427 e não tendo havido lugar à adjudicação, confirmando-se a necessidade na contratação de serviços para transcrição de atas da Assembleia Municipal, por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, torna-se necessário iniciar um procedimento de contratação ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

### **II – Valor Contratual e Preço Base**

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do CCP, define-se como valor base para este procedimento **€ 9.550,00 (nove mil quinhentos e cinquenta euros)** acrescido de IVA à taxa legal, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar, com a seguinte distribuição plurianual:

2019 - € 3.183,34 (três mil cento e oitenta e três euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal;

2020 – € 3.183,33 (três mil cento e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

2021 – € 3.183,33 (três mil cento e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal;

A assunção destes compromissos plurianuais está autorizada nos termos do art.º 16.º das Normas de Execução Orçamental 2019 (documento aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 10.12.2018), pois o seu valor não excede o limite aí previsto.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a consulta preliminar efetuada nos termos do disposto no art.º 35.º - A do CCP, conforme documento n.º 2152 de 30/01/2019, o qual é parte integrante do processo de contratação, sendo este um mecanismo destinado apenas ao planeamento e preparação do procedimento.

Nos termos do disposto no art.º 473.º do CCP, os valores apresentados não incluem o imposto sobre o valor acrescentado – IVA.

### **III – Enquadramento Orçamental**

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/020220 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2019, conforme documento anexo – Requisição Interna n.º 44/2018 relativa ao cabimento prévio n.º 4468.

### **IV - Escolha do Procedimento**

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

### **V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 20.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se, ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, no uso da competência delegada, por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à entidade **Aguarela de Talentos – Unipessoal, Lda - NIF 510907512**. Considerando que a escolha desta entidade não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.  
  
(sem adjudicações em 2018)
- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

## **VI – Outras Exigências Legais**

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só entidade, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que o Presidente da Assembleia Municipal, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

Atento o disposto no art.º 55.º Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, 07.01 e n.º 4 do art.º 3.º da Lei 73/2014, 13.05, sugere-se que seja nomeado como gestor do procedimento a Assistente Técnica, Sandra Garcia do Serviço de Contratação Pública, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, dado tratar-se de uma aquisição de valor inferior a € 10.000,00, está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

---